

Amazônia será fiscalizada por computador

■ Ibama começa a implantar sistema integrado com aviões, satélites e postos informatizados para controlar exploração da floresta

ALEXANDRE MANSUR

O controle das queimadas e desmatamentos da Amazônia vai entrar em uma era high-tech. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está se preparando para colocar gradualmente em operação um sistema sofisticado de fiscalização e vigilância baseado em satélites, aviões de rastreamento e uma rede de computadores. O sistema deverá estar pronto dentro de dois anos e meio, quando se integrar ao Sistema de Vigilância Amazônica (Sivam). A primeira etapa começa no dia 18 de julho, quando dois aviões com sensores infravermelho começam a rastrear a ação das madeiras na região.

O Ibama também vai abrir parte da floresta para exploração privada. O programa começa no dia 15 de julho, com a publicação do edital de licitação para a exploração de madeira na Floresta Nacional de Tapajós, com 601 mil hectares. Em cinco anos, o Ibama vai liberar 5 mil hectares da área para as madeiras. Enquanto cria zonas de extração, o Ibama pretende multiplicar a área total protegida. Dos 15 milhões de hectares atuais, ela crescerá para 50 milhões, incorporando terras de uso público hoje da União. "Nós queremos criar escassez de madeira para garantir um bom preço", avisa Eduardo Martins, presidente do Ibama.

O projeto ambicioso de fiscalização é visto com ceticismo pelos ambientalistas. "Eles não têm como supervisionar toda a Amazônia. O número de fiscais é pequeno", diz Rosa Roldan, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Irregularidades — "O Ibama tem os dados de satélite mas não atua. De vez em quando, faz uma apreensão mas não coíbe as irregularidades", diz o deputado Gilney Viana (PT-MT). "Tem funcionários do Ibama que vendem autorização de corte de madeira", conta. Mas a ênfase do Programa de Monitoramento e Controle da Amazônia Legal é a tecnologia. "A gente tem que acabar com o mito que é preciso muito gente para fiscalizar a Amazônia", diz Martins. No ano passado, o Ibama mobilizou 1.500 pessoas na região, incluindo policiais federais e estaduais, e os 300 fiscais do órgão.

O Ibama digitalizou as imagens fornecidas por satélite e avião das áreas mais críticas da Amazônia. Os satélites monitoram os pontos onde a floresta foi aberta por queimadas e os aviões identificam zonas de extração de madeira. Ao contrário da derrubada para criação de pastos ou agricultura de grãos, a extração de madeira não tira a cobertura vegetal da floresta. Mas a retirada das árvores muda a temperatura da mata. Para identificá-la, é preciso usar os sensores de infravermelho dos aviões.

"Quando o fiscal recebe a informação já sabe o que vai fazer. Temos obsessão por tecnologia porque um sistema mais impessoal é menos vulnerável à corrupção de



Cerca de 70% da extração de madeira feita na Amazônia é irregular mas um novo projeto do Ibama vai inibir os infratores com a ajuda de computadores, satélites e aviões equipados

fiscais", explica Martins. Quando for identificado o desmatamento, o Ibama verifica pelo computador se foi autorizado ou não.

Dez postos serão instalados em pontos estratégicos da região, como Itacuruçá, Óbidos e Vilhena. "Deles se controla praticamente toda a circulação de madeira e outros produtos", diz Martins. Em vez das tradicionais guias de extração de madeira, quem transportar a carga vai mostrar uma autorização com código de barras. O fiscal vai conferir a autorização, via satélite, com o banco de dados do Ibama.

Fraudes — "Isso reduz a possibilidade de fraudes", conta Martins. O Ibama está investindo cerca de R\$ 8 milhões por ano no projeto. "Não tem outro jeito de fiscalizar a Amazônia. E é mais barato do que botar fiscais armados correndo atrás dos barcos", diz.

Boa parte desse sistema depende do acesso rápido a informações de satélite. É o que preocupa alguns ambientalistas. "Os últimos dados conhecidos sobre o desmatamento foram divulgados no ano passado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais (Inpe) e são referentes a 1994. O Ibama não devia contar com dados mais atuais?", questiona Paulo Adário, diretor de Desenvolvimento do Greenpeace.

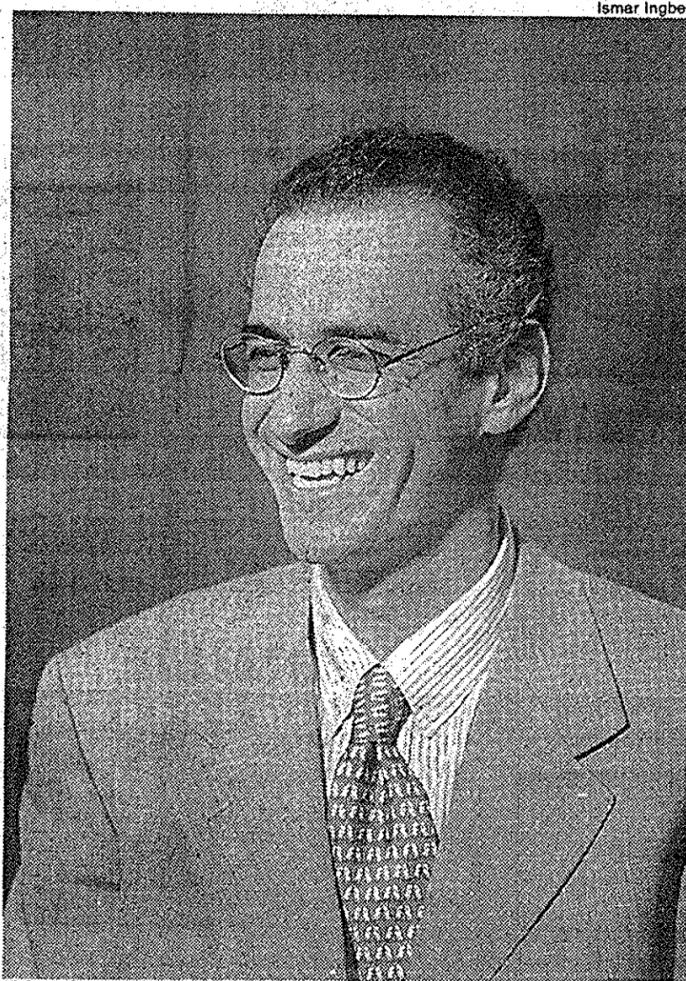
"É claro que não dá para intervir com esse tempo de atraso", concorda Martins. Mesmo sem os da-

dos totais da Amazônia, o Ibama tem informações de satélite sobre as áreas críticas em 1996. Essas áreas formam o cinturão de desmatamento, uma faixa que começa no Acre, inclui parte de Rondônia, o norte de Mato Grosso, o sul do Pará e corta o Maranhão até a costa. "Aí é possível controlar", diz.

O Ibama também prepara um sistema de monitoramento porque vai começar a abrir parte da floresta para a exploração privada. "Ao mesmo tempo aumentaremos as áreas protegidas, para reduzir a oferta de produtos florestais e poder fixar o preço", diz Martins. "Existe uma estrutura de consumo que quer garantias de fornecimento e nós vamos oferecer isso, com preço alto", avisa.

"O próprio governo admite que não tem condições de controlar a exploração e o comércio de madeira na Amazônia e que 80% da madeira explorada na região é ilegal. Será que antes de liberar certas áreas não é preciso primeiro adotar medidas confiáveis de monitoramento?", questiona Paulo Adário.

Mas o presidente do Ibama garante que a situação não está fora do controle. "Inicialmente estimamos que 80% da madeira fosse explorada ilegalmente. Fizemos um estudo detalhado, constatamos que 70% do comércio era irregular e estamos agindo", conta.



Eduardo Martins garante que a Amazônia terá fiscalização suficiente

Ismar Ingber